

ATA N.º 1/2016

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, nesta vila de Mesão Frio, reuniu a Assembleia Municipal, em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
2. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº2, alínea c);-----
3. Reconhecimento do interesse público municipal para a regularização extraordinária de estabelecimento industrial – Proposta de aprovação;-----
4. Área de Regeneração Urbana de Mesão Frio (ARU de Mesão Frio) – Proposta de aprovação;-----
5. Designação pela Assembleia Municipal de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Protecção Civil;-----
6. Contrato Interadministrativos de Delegação de Competências – 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento – Tomar Conhecimento;-----
7. 10.º Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Tomar Conhecimento;-----
8. Contratos de aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais, autorizados pela assembleia municipal em 30 de novembro 2015, ao abrigo da autorização genérica – Tomar conhecimento;-----
9. Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, Aditamento à Tabela de Taxas - Proposta de Aprovação da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) e de Gestão de Resíduos (TGR) para a sua repercussão sobre os consumidores dos serviços de águas, a incluir na fatura a partir de 01 de janeiro de 2017;-----
10. Eleição de um representante da Assembleia Municipal para a CPCJ;-----
11. Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ de Mesão Frio, referente ao ano de 2015 – Tomar conhecimento;-----
12. Período aberto ao público.-----

Presentes os senhores, Carlos Alberto Esteves Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e dezassete minutos, Anabela Valério Marrafa de Macedo, 1ª secretária, Luís Miguel Silva Marques, 2º secretário, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Jorge Filipe Portela, Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro, André Filipe Miranda Monteiro, José Eduardo Branco dos Santos, António César Vicente Nunes, Pedro Miguel Alves Poças, Vítor Miguel Barros da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia (PS), Eduardo Cassiano Miranda (independente, eleito nas listas do PS), José da Fonseca Alves, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Bruno Miguel Monteiro de Carvalho, Sílvia Andreia Duarte Pereira Correia, Lisa Maria de Oliveira Martins, Cristina Perpetua Martins de Oliveira Barros Gomes (PPD/PSD).-----

Presentes os senhores Alberto Monteiro Pereira, Presidente da e Câmara Municipal, Paulo Jorge Teixeira da Silva, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major (PS), Marco António Peres Teixeira da Silva e António José Teixeira (PSD) vereadores.-----

FALTA JUSTIFICADA: Francisco Guedes Moreira.-----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal (AM) enunciou a correspondência recebida: chumbo do projecto do parque eólico de Moncorvo; pedido de esclarecimento da associação de pais e encarregados de educação do agrupamento de escolas de Mesão Frio, enviado à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.-----

A Sr.ª deputada municipal Lisa Martins voltou a solicitar ao Sr. Presidente da AM informação relativa à demonstração da dívida da Câmara Municipal de Mesão Frio (CM), em 2009, e à candidatura para a construção do estádio municipal, entre outros. Referiu ainda que tal pedido de informação já fora reformulado. O Sr. Presidente da AM respondeu que na sessão anterior já foi discutido o assunto e que, a partir desse momento, não recebeu mais nenhum pedido nem informação sobre a questão. -----

O Sr. Deputado Carlos Pombo referiu que o grupo parlamentar do PS subscreve o voto de louvor atribuído aos funcionários da CM, oportunamente proposto

pelo Sr. Presidente da CM, que contribuíram para minimizar as consequências das intempéries, questionando, ainda, o Sr. Presidente da CM sobre as iniciativas que, nesse âmbito, promoveu.-----

Relativamente às intempéries, o Sr. Presidente da CM referiu que as consequências foram ao nível dos muros das propriedades particulares e de bens públicos, nomeadamente ao desabamento de terras e estradas e alteração de um curso de água no lugar de Donsumil, freguesia de Vila Marim, salientando que a situação foi acompanhada em conjunto com outros autarcas e com o Ministério da Agricultura, a quem já foi remetido um levantamento dos prejuízos identificados. Acrescentou ainda que a autarquia já criou um gabinete de apoio aos agricultores, no sentido de os auxiliar na agilização dos processos de candidatura à reconstrução dos terrenos afetados.-----

O Sr. Deputado José Alves, sem deixar de salientar a elevada pluviosidade que esteve na origem desta situação, também referiu o contributo negativo da cada vez maior impermeabilização dos terrenos e da construção de caminhos para o agudizar da situação.-----

Referiu também que o Sr. Presidente, erradamente, havia responsabilizado os vitivinicultores das derrocadas pela forma como fazem agora as surribas, o que não corresponde à verdade, pelo que solicitou alguma cautela nas afirmações proferidas, principalmente quando são feitas na presença de membros do governo, como foi o caso.-----

O Sr. Presidente da CM respondeu que apenas se referiu a alguns saibramentos que, sendo mal projectados, também contribuíram para a ocorrência de danos. Mais referiu que a CM não pode ser responsabilizada por tais danos uma vez que não é tida nem achada na aprovação dos mesmos.-----

2. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº2, alínea c);-----

O Presidente da autarquia informou a Assembleia sobre a atividade Municipal com enfoque nos seguintes pontos:-----

- Reunião com secretário de Estado da Administração Local;-----

- Protocolo Marão com vida;-----
- Reunião com Secretário de Estado da Energia da qual resultou a forte possibilidade do acesso do nosso Concelho ao fornecimento de Gaz natural;-----
- Reunião com Ministro da Agricultura Em Santa Marta de Penaguião;-----
- Reunião com Secretário de Estado do Ambiente;-----

Relativamente à situação financeira, o Sr. Presidente da Autarquia incidiu a sua intervenção sobre os seguintes pontos:

- Dívida total do Município situada abaixo dos Sete Milhões;-----
- Aumento das despesas com pessoal em € 60.000, fruto do pagamento de indemnizações e do pagamento aso avençados;-----
- Aumento do valor descrito em aquisição de bens e serviços, fruto do pagamento da Água;-----
- Total contabilização da dívida ao FAM;-----

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.-----

3.Reconhecimento do interesse público municipal para a regularização extraordinária de estabelecimento industrial – Proposta de aprovação;-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade, com fundamento na importância económica e social para o concelho da infra-estrutura em causa, enquanto geradora de emprego e que afirma e valoriza o principal produto económico da região. -----

A deputada Lisa Martins referiu que o grupo parlamentar do PSD votaria favoravelmente o pedido em análise e questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da utilidade do mesmo, uma vez que se encontra fora do prazo estipulado pelo decreto-lei nº 165/2014 de 5 novembro de 2014. Referiu ainda que o grupo parlamentar do PSD, após o contacto com os responsáveis deste pedido, ficou a saber que este processo já se encontrava na câmara municipal para legalização desde 2007 e que tinha sido a NERVIR a informá-los e não o gabinete técnico que o Sr. Presidente da câmara anunciou que existia quando se realizou a reunião da A.M. de dia 29 de junho de 2015. A deputada Lisa Martins salientou que o Sr. Presidente afirmou, nessa mesma reunião, que se tinha reunido com os técnicos do município e que estes tinham já identificado todas as situações passíveis de serem submetidas à AM para proposta de aprovação,

reforçando que todas as situações que estivessem nas mesmas condições seriam encaminhadas para aprovação na AM mesmo sendo necessária a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária. Mediante esta situação, a deputada Lisa Martins questionou novamente o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a não realização da sessão extraordinária como o pretendido pelo mesmo, quando o pedido de interesse público deu entrada nos serviços municipais no dia 18 de Novembro de 2015, afirmando que a lei em epígrafe para esta regularização é clara, quando estipula como data limite o dia 5 de janeiro de 2016 para a apresentação dos respetivos documentos junto da entidade regulamentar, onde se inclui este pedido de interesse público. Afirmou também que esta aprovação de interesse público se encontra com quase 2 meses de atraso, considerando assim negligente a forma como o executivo tratou este caso em concreto.

O deputado José Alves afirmou que o pedido de divulgação alargada, que o grupo parlamentar do PSD efetuou na reunião da AM de 29 de Junho, não foi levado em consideração, dando como exemplo a divulgação nas missas das paróquias de Mesão Frio. Recordou também que esta recomendação não foi aprovada pela maioria parlamentar do PS afirmando que tal como o grupo parlamentar do PSD previa, situações como esta poderiam vir a acontecer, como aconteceu, salientando que deste modo terá, certamente, havido munícipes lesados pela falta de divulgação de informação. -----

4. Área de Regeneração Urbana de Mesão Frio (ARU de Mesão Frio) – Proposta de aprovação. -----

O Sr. Presidente da CM informou que, no âmbito do quadro comunitário, deve ser feita a aprovação de uma área de regeneração urbana, devendo ser contínua. Assim, a área apresentada passa a incluir a zona histórica da Vila e Matos, salvaguardada a possibilidade de benefícios fiscais, em situações de melhorias nessa área urbana.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.-----

5. Designação pela Assembleia Municipal de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Protecção Civil;-----

DELIBERAÇÃO: Foi proposto, pelo grupo parlamentar do PS, o Presidente da Junta de Santo André (António César Vicente Nunes), tendo o mesmo sido eleito, por maioria, com treze votos a favor e seis votos brancos.-----

6. Contrato Interadministrativos de Delegação de Competências – 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento – Tomar Conhecimento;-----

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.-----

7. 10.º Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Tomar Conhecimento;-----

O relatório agora apresentado reflecte os relatórios periódicos que têm sido apresentados à AM.-----

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.-----

8. Contratos de aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais, autorizados pela assembleia municipal em 30 de novembro 2015, ao abrigo da autorização genérica – Tomar conhecimento;-----

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.-----

9. Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, Aditamento à Tabela de Taxas - Proposta de Aprovação da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) e de Gestão de Resíduos (TGR) para a sua repercussão sobre os consumidores dos serviços de águas, a incluir na fatura a partir de 01 de janeiro de 2017;-----

O Sr. Presidente da CM referiu que há 8/9 anos, as câmaras municipais que decidiram não pagar os custos dos recursos hídricos e de gestão de resíduos à Águas do Douro e ResiNorte foram agora obrigadas a fazê-lo após realização de auditoria, pelo que as taxas devidas devem-se refletir na fatura municipal a ser paga pelos municípios. Este valor será aplicado a partir de janeiro de 2017. -----

O Sr. Deputado José Alves alertou para o impacto sobre os empresários da região.-----

O Sr. Deputado José Alves alertou para o impacto desta medida sobre os municípios, devido às suas dificuldades económicas bem como das empresas

deste concelho. A deputada Lisa Martins questionou o Sr. Presidente da câmara, no sentido de perceber a real necessidade de colocar este ponto na ordem de trabalhos, uma vez que o executivo camarário poderia efetuar estas mesmas alterações da regularização da TRH e da TGR juntamente com as tarifas de janeiro de 2017.

O Sr. Presidente da câmara afirmou que lhe foi imposto pelas Águas do Norte e que chegará à câmara uma proposta que se o governo não aumentar o preço da água, ele fará baixar o preço para o munícipe, referindo também que tudo faria para que os pobres paguem menos e os que têm piscina paguem mais. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor e três abstenções dos membros do PSD, José da Fonseca Alves, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio e Sílvia Andreia Duarte Pereira Correia.-----

10. Eleição de um representante da Assembleia Municipal para a CPCJ;-----

DELIBERAÇÃO: Foi proposto, pelo grupo parlamentar do PS, o membro Manuel Fernando Mesquita Correia, tendo o mesmo sido eleito por maioria, com doze votos a favor e sete votos brancos.-----

11. Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ de Mesão Frio, referente ao ano de 2015 – Tomada de conhecimento;-----

O Sr. Deputado Marco Ferro apresentou o relatório anual da Comissão, tendo agradecido ao Sr. Presidente da CM o apoio prestado, sem o qual dificilmente teria sido possível desenvolver as atividades realizadas. Referiu ainda que a atividade desta Comissão pode ser acompanhada pelo facebook.-----

DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.-----

12. Período aberto ao público.-----

Não houve qualquer inscrição.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela vinte e duas horas e trinta e seis minutos. -----

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário